



Ministério da Administração Interna
Gabinete do Ministro

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Desde que este Governo iniciou funções, ficou bem patente o impulso reformista, a disciplina orçamental e a aposta na economia, na qualificação e no emprego, no desenvolvimento das políticas sociais e na segurança dos Portugueses. Tal como costuma dizer o nosso Primeiro-Ministro, a segurança constitui o primeiro dos seus direitos e a última das demagogias.

O cumprimento destas orientações exige firmeza, coragem e determinação. Só assim é possível enfrentar os constrangimentos com que nos deparamos e concretizar as acções que modernizem o País, permitam um crescimento sustentado e melhorem o bem-estar das pessoas.

Nesse sentido, o valor global do orçamento do Ministério da Administração Interna, em 2009, é de 1.835 milhões de euros, implicando um crescimento de 8.3% em relação ao orçamento inicial do MAI em 2008 (1.695 milhões de euros).

Trata-se de um acréscimo de dotação na ordem dos 140 milhões de euros, relativamente ao ano anterior, distribuídos da seguinte forma:

- Mais 114 milhões de euros para o orçamento de funcionamento;
- Mais 11 milhões para as pensões de reserva, pré-aposentação e subsistemas de saúde das Forças de Segurança;

- Mais 15 milhões de euros para o orçamento de investimento (PIDDAC).

A este propósito, permito-me referir que, em termos percentuais, este aumento de 8.3% é um dos mais relevantes da última década (apenas idêntico ao aumento de 8.9% em 2002), e é quase o dobro da evolução média dos últimos 10 anos (4.5%).

No orçamento do MAI para 2009 continuará a ser desenvolvido o novo Sistema de Segurança Interna – aprovámos já as novas Leis de Segurança Interna e de Organização e Investigação Criminal e iremos implantar o Sistema Integrado de Informação Criminal. Continuaremos a corporizar as medidas previstas na Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança. Com esta Lei, pretendemos, até 2012, melhorar a capacidade de planificação e a renovação dos meios operacionais e instalações das Forças de Segurança.

Em paralelo, desenvolveremos os projectos do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa (SIVICC), do Sistema Integrado de Redes de Emergência de Portugal (SIRESP), da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI), do Programa Nacional de Videovigilância, do Sistema de Contra-ordenações de Trânsito, do Balcão Único Virtual e a reforma do número nacional de emergência 112.

Complementarmente, terá lugar a reforma estrutural e curricular das instituições de ensino das Forças de Segurança, promovendo o uso sistemático da plataforma de *e-learning*. Será ainda levada a cabo a

formação de mil novos militares da GNR e mil novos agentes da PSP, dando expressão a um esforço sério de renovação das Forças e Serviços de Segurança.

No que diz respeito ao domínio da cidadania e segurança, este orçamento prevê também a realização de operações especiais de polícia em zonas de risco, o desenvolvimento de acções específicas no âmbito do Verão Seguro e do Turismo Seguro, o alargamento dos projectos Táxi Seguro e Abastecimento Seguro e o plano de acção contra o *carjacking*. Continuaremos a apostar no policiamento de proximidade, na segurança comunitária, nos programas de protecção de vítimas especialmente vulneráveis e de controlo das fontes de perigo e na utilização das novas tecnologias para garantir a prevenção da criminalidade.

O ano de 2009 assistirá ao desenvolvimento do projecto Sistema Integrado de Gestão de Transporte de Explosivos (SIGESTE) e à consolidação do Sistema Integrado de Gestão de Armas e Explosivos (SIGAE).

Será igualmente intensificada a adopção de medidas SIMPLEX nas forças e serviços de segurança.

No campo da Cooperação Internacional e da Imigração e Política de Estrangeiros, será aprofundada a luta contra a imigração clandestina em cooperação com as entidades espanholas no âmbito da Agência *Frontex*. Será também reforçada a cooperação com os países da CPLP, aumentando as medidas de apoio e executando o quadro legislativo respeitante aos requerentes de asilo e aos refugiados, e será adoptado o Cartão de Cidadão Estrangeiro (CCE). Recordo, aliás, que este ano foi criado o Forum de

Ministros da Administração Interna da CPLP, que passará a reunir ordinariamente uma vez por ano, em paralelo com o Conselho de Chefes de Polícia da CPLP.

Vai ser desenvolvida a segunda fase do Reconhecimento Rápido de Passageiros Identificados Documentalmente (RAPID), com a sua ampliação aos restantes postos fronteiriços, e continuará o desenvolvimento da parte nacional do Sistema de Informação *Schengen* de segunda geração, bem como o aditamento de novas funcionalidades ao Passaporte Electrónico Português (PEP).

Após a implementação do Sistema Integrado de Gestão do Recenseamento Eleitoral – que ocorreu em 2008 –, a administração eleitoral será modernizada. Vamos promover o recenseamento automático de todos os cidadãos que tenham o cartão de cidadão, bem como de outros cidadãos com capacidade eleitoral activa. Os desenvolvimentos operados neste sistema vão permitir a sua aplicação já nos actos eleitorais de 2009.

Por outro lado, as alterações recentemente introduzidas no Código da Estrada vieram agilizar o processamento das contra-ordenações rodoviárias, aproveitando os meios que as novas tecnologias disponibilizam, de modo a diminuir o intervalo entre a prática da infracção e a aplicação das sanções, sem alterar as garantias de defesa do arguido.

Com o recurso às novas tecnologias simplificam-se procedimentos. Com a assinatura electrónica qualificada, com a inquirição de testemunhas e de arguidos através de videoconferência e com a delegação de competência

decisória nos juristas da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, é aumentada a capacidade de decisão dos autos.

Em 2009 vamos prosseguir a execução e monitorização da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, que tem como objectivo diminuir de 850 para 579 o número de mortos nas estradas portuguesas e colocar Portugal até 2015, no grupo os dez países da União Europeia com menor taxa de sinistralidade rodoviária

No âmbito do processo contra-ordenacional, será consolidada a centralização dos processos de contra-ordenação de trânsito, resultante da criação da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, garantindo-se a melhoria do processamento dos autos e a decisão mais célere dos mesmos, através da dotação das Forças de Segurança com os meios tecnológicos adequados, da desmaterialização de processos e da gestão integrada do sistema.

Estão igualmente previstas:

- A criação de uma Rede Nacional de Radares de verificação de velocidade;
- A revisão global do Código da Estrada;
- A consolidação dos Conselhos Coordenadores de Segurança Rodoviária, permitindo a monitorização, determinação das causas e medidas correctivas da sinistralidade;
- A coordenação da acção fiscalizadora;
- E a definição de projectos de prevenção e segurança rodoviária.

O ano de 2009 vai ser, também, o ano da construção, requalificação e reorganização da rede de infra-estruturas de protecção civil. Neste esforço serão contemplados o Comando Nacional de Operações de Socorro, os Comandos Distritais de Operações de Socorro e os quartéis de bombeiros. Serão ainda adquiridos veículos e outros equipamentos operacionais, permitindo fazer face a diferentes situações de emergência.

Ainda em 2009, será instalado o Centro de Recursos de Protecção e Socorro, integrando valências operacionais, formativas e técnicas, no âmbito da protecção civil, que enquadrará três vertentes: uma Escola de Bombeiros, um Centro de Recursos Humanos e um Centro de Prestação de Serviços.

Ainda no decurso do próximo ano, daremos continuidade à aquisição de equipamento para o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) da Guarda Nacional Republicana (GNR), ao alargamento do número de Equipas de Intervenção Permanente (EIP) e da Força Especial de Bombeiros (FEB), ao desenvolvimento da videovigilância florestal e ao reforço do planeamento de emergência.

Perguntar-me-ão: «Todas estas medidas e políticas são exequíveis do ponto vista orçamental?»

Relativamente ao aumento de dotação, ele foi mais evidente nos orçamentos de funcionamento das forças de segurança, que vão receber agora mais 87 milhões de euros.

Chamo ainda a atenção para os 25 milhões de euros que foram inscritos nos orçamentos da GNR e da PSP, para fazer face ao ingresso de dois mil novos

efectivos. Deste modo, e apenas num período de quatro anos, será possível aumentar o número de operacionais das duas forças de segurança em cerca de quatro mil efectivos, metade por via do recrutamento e outro tanto através da racionalização dos efectivos existentes.

No que concerne à Autoridade Nacional de Protecção Civil, o orçamento de funcionamento contempla mais 21,8 milhões de euros do que no ano anterior.

Saliente-se, igualmente, os cerca de 42 milhões de euros inscritos no orçamento para fazer face à contratação de meios aéreos que serão utilizados no combate aos incêndios florestais – e que este ano foram determinantes para o sucesso do dispositivo – e em outras missões de protecção civil.

As verbas afectas ao PIDDAC vão ter como principal destino o cumprimento da Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança, que, como se sabe, prevê em 2009 investimentos na ordem dos 74,5 milhões de euros. Estes investimentos destinam-se à modernização da operacionalidade das forças, estando prevista receita própria resultante da alienação de imóveis das Forças de Segurança. Aliás, já foi nomeado um grupo de trabalho para realizar o levantamento de todas estas infra-estruturas e desenvolver todo o processo de alienação. Por outro lado, irá ser proposto ao Ministério das Finanças a afectação de cem por cento do produto da alienação.

Estas verbas afectas à Lei de Programação vão permitir a construção, conservação e reabilitação de instalações (35 milhões de euros), a implementação de novos sistemas tecnológicos de informação e de

comunicação (8 milhões), a aquisição de novas viaturas operacionais (12,5 milhões), a disponibilização de novo armamento e equipamento policial (5 milhões) e o reforço dos sistemas de vigilância, de comando e controlo (14 milhões).

As verbas do PIDDAC contribuem, ainda, para o desenvolvimento:

- Do projecto SIRESP, que representa, em 2009, um investimento de 41 milhões de euros;
- Do plano tecnológico e do programa SIMPLEX do MAI, através de um conjunto de medidas transversais a todo o ministério, que revelam um investimento de 7,5 milhões de euros.

O orçamento do SEF para 2009 tem um reforço global de 2,1 milhões de euros, relativamente ao orçamento inicial de 2008.

Depois de em 2007 termos assistido a um acréscimo muito considerável das receitas próprias (essencialmente provenientes do Passaporte Electrónico Português), prevê-se para 2009 a sua estabilização nos 46 milhões de euros (cerca de 62 por cento do orçamento).

Deste modo, o Ministério da Administração Interna contribui, solidária e activamente, para o esforço de consolidação orçamental do País, garantindo que o financiamento das reformas em curso será assegurado, não só através do aumento significativo de dotação para este ano e já referido (140 milhões de euros), mas também pela via da racionalização dos recursos, da alienação de edifícios e do desenvolvimento tecnológico.

Estamos a estudar o desenvolvimento de projectos legislativos que irão reforçar as dotações afectas a receitas próprias de vários serviços do MAI, sem contudo, repercutir esse acréscimo em custos para o cidadão. Uma nova metodologia na redistribuição do produto das coimas de trânsito e a portaria sobre o regime de cobrança de taxas de segurança contra incêndios em edifícios são alguns exemplos destas propostas.

Elevar os níveis de segurança, nas suas dimensões objectiva e subjectiva, e prevenir e reprimir a criminalidade são os nossos objectivos perenes. O orçamento do Estado apresentado a esta Assembleia garante, de forma equilibrada e sustentada, a prossecução de tais objectivos.

Lisboa, 18 de Novembro de 2008